

revista CONFERINDO

ECA 25
anos
+direitos -redução

Cobertura educomunicativa da 10ª Conferência Nacional
dos Direitos da Criança e do Adolescente | 2016

CONFERINDO

Conferência histórica
reúne quase sete mil
pessoas em Brasília
para discutir DH

25 ANOS!

Delegados fazem
balanço do ECA

MAIS DIREITOS:

Conferência discute propostas
de políticas para garantir direitos
de crianças e adolescentes

Foto: Paula Fróes

Realização:



Secretaria Especial de
Direitos Humanos

Ministério das
Mulheres, da Igualdade Racial
e dos Direitos Humanos





Secretaria Especial de
Direitos Humanos

Ministério das
Mulheres, da Igualdade Racial
e dos Direitos Humanos



A cobertura educomunicativa da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi uma iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada com apoio da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil, por meio do projeto Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e execução técnica da ONG Viração Educomunicação. Aqui você vai ficar por dentro do que rolou na Conferência e encontrar os principais conteúdos produzidos na cobertura educomunicativa.

Quem somos

A Viração é uma organização não governamental (ONG) de educomunicação, sem fins lucrativos, criada em março de 2003.

Recebe apoio institucional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo e da ANDI - Comunicação e Direitos. Além de produzir a revista, oferece cursos e oficinas em comunicação popular feita para jovens, por jovens e com jovens em escolas, grupos e comunidades em todo o Brasil.

Para a produção da revista impressa e eletrônica, contamos com a participação dos conselhos editoriais jovens de 20 Estados, que reúnem representantes de escolas públicas e particulares, projetos e movimentos sociais. Entre os prêmios conquistados nesses dez anos, estão Prêmio Don Mario Pasini Comunicatore, em Roma (Itália), o Prêmio Cidadania Mundial, concedido pela Comunidade Bahá'í. E mais: no ranking da ANDI, a Viração é a primeira entre as revistas voltadas para jovens. Participe você também desse projeto.

Paulo Pereira Lima
Diretor Executivo da Viração
– MTB 27.300

editorial

DIREITOS HUMANOS NO CENTRO!

Entre os dias 24 e 27 de abril, Brasília sediou as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos e acolheu quase sete mil pessoas, de todos os cantos do País, que discutiram, avaliaram e propuseram políticas públicas que promovam e assegurem os direitos humanos. O evento reuniu cinco diferentes conferências de políticas públicas: da população LGBT, idosa, das pessoas com deficiência, da criança e do adolescente e a conferência de direitos humanos. E o Centro Internacional de Convenções do Brasil ficou colorido e diverso como nunca antes. Vários sotaques, jeitos e ideias, mas um objetivo comum: construir um País que valorize a diversidade, no qual a efetivação dos direitos humanos seja um valor central.

E teve Educomunicação também! Adolescentes de todo o País realizaram a cobertura educomunicativa da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. E a história das Conferências vai ser contada também na perspectiva de meninos e meninas, os sujeitos da política. A gente reuniu aqui alguns dos conteúdos produzidos na cobertura. Aproveite, boa leitura.

Making of: Essa produção foi realizada por adolescentes que participaram da cobertura educomunicativa da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A cobertura educomunicativa é uma intervenção socioeducativa que utiliza técnicas do jornalismo para promover a participação e a liberdade de expressão de crianças e adolescentes. Ela é realizada de forma colaborativa, democrática e lúdica.



Copie sem moderação! Você pode:

- Copiar e distribuir
- Criar obras derivadas

Basta dar o crédito para a Vira!

mapa da mina

06

MANDA VÊ

Delegados falam sobre suas experiências nas Conferências Conjuntas de DH

08

CONFERINDO

Conferência histórica reúne cerca de sete mil pessoas em Brasília para discutir DH

10

COBERTURA EDUCOMUNICATIVA

Saiba tudo o que rolou na cobertura da 10ª Conferência Nacional DCA

13

COMO SE FAZ

Aprenda como fazer um fanzine maneiro

14

AVANÇOS E DESAFIOS

Delegados fazem um balanço dos 25 anos do ECA

18

PARTICIPAÇÃO PRA VALER

Crianças e adolescentes debatem participação enquanto Direito Humano

20

COM A PALAVRA

Confira a entrevista com o presidente do CONANDA

22

UM LUGAR ESPECIAL

A 10ª Conferência Nacional DCA teve um espaço para a participação exclusiva de crianças

Leia também:

Saiba como fazer um Jornal Mural Humano **12**

MCs fazem batalha de rima **17**

Confira a entrevista com o Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente **26**

Presidenta Dilma Rousseff encerra Conferências de Direitos Humanos **28**

Imagens que viram **30**

Adolescentes falam sobre participação **32**

Adolescentes educuidadores dos estados

Anne Ehlke, Londrina (PR), 18 anos
Bruno Mauzo, Rio de Janeiro (RJ), 14 anos
Erick da Silva Oliveira, Porto Alegre (RS), 15 anos
Gabriel de Souza, Brasília (DF), 16 anos
José Aldon da Silva, Santa Isabel (SP), 17 anos
Kauan Furtado, Jaquaruna (CE), 16 anos
Milena Kívia, Campestre, (AL), 16 anos
Ygor Lafaeth, Bom Jardim (MA), 17 anos

Adolescente do G38

Juliana Silva, Rio Claro (SP), 16 anos

Adolescentes delegados que colaboraram com a cobertura

Davi Diego Alevato, Pitangueiras (SP), 16 anos
Vinicius Oliverio, Ibatinga (SP), 16 anos

Educuidadores indicados pelos estados

Clayton Luiz Campos, Belo Horizonte (MG)
Luzijan Aragão, Aracaju (SE)

Equipe da Viração

Elisangela Cordeiro, pedagoga e educuidadora
Saulo Velasco, cineasta e educuidador
Vânia Correia, jornalista e educuidadora

* Um agradecimento especial à fotógrafa Paula Fróes, que cedeu fotos para esta edição.

diga lá!



O que é Educomunicação?

É comum, nas edições da **Vira**, encontrar a palavra “educomunicação” ou o termo “educomunicativo”. A educomunicação é um campo de intervenção que surge da inter-relação comunicação/educação para a transformação social. Dizemos que um projeto ou prática é educomunicativa quando adota em seus processos, especialmente do jovem, o caráter comunicacional, como o diálogo, a horizontalidade de relações e o incentivo à participação, fazendo com que os sujeitos exerçam plenamente o direito humano à expressão e à comunicação, em diferentes âmbitos e contextos. A **Viração** promove ações educomunicativas por meio da produção midiática, incentivando que adolescentes e jovens produzam reportagens coletivas em diferentes linguagens.

Como virar um virajovem?

Virajovens são os integrantes dos conselhos editoriais jovens da **Viração**, que produzem conteúdos em suas cidades. O conselho pode ser um coletivo autônomo de jovens ou um grupo ligado a uma entidade, organização, movimento social, escola pública ou privada, que dará apoio para que os virajovens produzam conteúdos. A parceria entre a **Vira** e entidade é oficializada com um termo de compromisso e com a publicação do logotipo da organização na revista Quer saber mais? Entre em contato com a gente: redacao@viracao.org.

“Eu aprendi muito e vou levar isso como lição de vida. Foi muito importante ter feito parte da cobertura educomunicativa e passar ideias e informações sobre a luta pelos direitos humanos”

José Aldon, 17 anos (SP)

Que bom que gostou, José Aldon. Aprendemos muito com você. Desejamos e continuaremos lutando para que meninos e meninas tenham o direito de comunicar suas ideias e participar das decisões políticas do País.

(Viração)

“Conhecemos e falamos com diversas pessoas, de histórias e opiniões diferentes. A educomunicação me fez enxergar as coisas com outros olhos. Pude ver e ouvir o que os outros passam”.

Davi Alevato, 16 anos (SP)

Davi, as Conferências Conjuntas nos proporcionaram mesmo uma linda experiência com a diversidade. Obrigada por contar essa história com a gente.

(Viração)

Ponto G

Para garantir a igualdade entre os gêneros na linguagem da Vira, onde se lê “o jovem” ou “os jovens”, leia-se também “a jovem” ou “as jovens”, assim como outros substantivos com variação de masculino e feminino.

Conheça a revista viração

Você pode acessar, de graça, as edições da revista na internet: www.issuu.com/viracao



manda vê!

O QUE LEVAM NA BAGAGEM?

As Conferências Conjuntas de Direitos Humanos reuniram quatro grandes conferências: a da população LGBT, dos idosos, das pessoas com deficiência e da criança e adolescente. Foram dias intensos de debate e construção política e também de muita troca. No último dia, fomos saber da galera como estava o coração, o que levavam consigo dessa experiência.

Muita coisa, essa diversidade, socialização, as reuniões e empoderamento que podemos reivindicar. E esta foi a verdadeira finalidade do idoso.

Maria Tânia de Queiroz
(CE) – Conferência do idoso

Esta foi a primeira conferência conjunta de direitos humanos, dá para perceber que as dificuldades e as necessidades dos outros segmentos são bem diferentes das nossas: pessoas com deficiência. Para mim, foi muito bom! Me sensibilizou a pensar muito, em especial consegui compreender e me colocar no lugar das pessoas LGBT. Isso vai ampliar o meu campo de debate e a minha luta pelos direitos humanos.

Anaiugis Campo Sena
(BA) – Conferência da Pessoa com Deficiência

Estamos levando as propostas que foram aceitas nos nossos municípios e que estamos batalhando para ir a nível nacional, que se for aceita beneficiará 20% da população deficiente do Brasil.

Antônio Batista Bicarlio
(MG) – Conferência da pessoa com deficiência

Estou levando muito conhecimento, é uma conferência muito rica em debates por conta dessa diversidade. As discussões foram maravilhosas, e o que levo daqui é o respeito e o olhar para tantas diferenças.

José Ereliano ribeiro de Vasconcelos
(SP) – Conferência do idoso

As pessoas acreditando em um futuro diferente, lutando por seus direitos e isso é fundamental para qualquer pessoa que procura direitos humanos, se juntar e acreditar nisso realizará um futuro melhor no nosso país.

Isabela d'Ávila
(RS) – Conferência dos Direitos LGBT

Eu vou levar o amor que eles tiveram com as crianças e com os adolescentes porque é muito grande, e eu estou muito emocionado.

Raquel Oliveira
(RJ), 16 anos – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente

Eu levarei um espaço de politização, de construção de políticas públicas para a garantia de direitos de populações como a LGBT, que é o meu recorte. Foi uma experiência muito boa conhecer pessoas de outros estados do Brasil que vêm pra lutar por democracia e direitos e por políticas que respeitem as identidades de gênero, como das pessoas trans, e as diferentes orientações sexuais.

Hiago Lins
Brasília – Conferência dos Direitos LGBT

Vir aqui me fez ver que ser diferente é bem mais normal do que eu imaginava. Ver juntas pessoas LGBT, idosos, com deficiência, crianças e adolescentes, de culturas tão variadas, foi uma grande emoção pra mim.

Jônatas Teixeira
(RJ), 10 anos – Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente

FAZENDO HISTÓRIA

Conferência inédita debate direitos humanos para diferentes segmentos da sociedade

Brasília sediou, entre os dias 24 e 29 de abril, as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos. Inédita no Brasil, a experiência de unificar as conferências relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes, da população LGBT, das pessoas com deficiência e dos idosos foi bem avaliada pelos quase sete mil delegados do poder público e da sociedade civil que participaram. “Foi muito bom o formato. Me sensibilizou a pensar, compreender e me colocar no lugar das outras pessoas. Isso vai ampliar o meu campo de debate e a minha luta pelos direitos humanos”, avaliou Anaiugis Campo Sena (BA), que participou da conferência da pessoa com deficiência.

“Nós fizemos uma aposta na combinação da participação social com a transversalidade, algo inovador. Eu acredito que acertamos no formato. Aos meus olhos o Centro Internacional de Convenções do Brasil se transformou em um espaço verdadeiro do exercício da cidadania”, disse o secretário especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili.

O evento recebeu, simultaneamente, cinco conferências temáticas: a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA); a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. E ainda a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Juntas as Conferências Conjuntas aprovaram mais de 600 propostas que visam efetivar os direitos humanos no dia a dia dos brasileiros.



Arquivo da Cobertura

DIVERSIDADE E TRANSVERSALIDADE

A realização conjunta das conferências, além de garantir o princípio da transversalidade dos direitos humanos, também proporcionou uma experiência única de convívio com a diversidade e pluralidade da sociedade brasileira. Para Jônatas Teixeira (RJ), 10 anos, delegado da CNDCA, este foi um dos aspectos marcantes da sua participação. “Vir aqui me fez ver que ser diferente é bem mais normal do que eu imaginava. Ver juntas pessoas LGBT, idosos, com deficiência, crianças e adolescentes, de culturas tão variadas, foi uma grande emoção pra mim”, conta.

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rodrigo Torres, falou sobre a importância da articulação das políticas de direitos humanos. “O indivíduo não é recortado. Você tem a criança e adolescente com deficiência, idoso com deficiência, adolescente com identidade LGBT. Tudo isso faz com que essas pautas dialoguem para entendimentos comuns”, declarou à Agência Brasil.

O secretário nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Antônio José Ferreira, e o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, também membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, Luiz Legnani, ressaltaram também a necessidade da integração e transversalidade das políticas públicas para todos os segmentos da sociedade.

Arquivo da Cobertura

NENHUM RETROCESSO

Durante a cerimônia de encerramento das Conferências Conjuntas e abertura da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a presidenta Dilma Rousseff destacou o caráter fraterno e empático do evento. “Aqui há uma convivência de irmãos de luta pelo mesmo objetivo. A luta para a gente aperfeiçoar, melhorar a nossa capacidade de nos colocarmos no lugar do outro. Porque só fazendo isso nós construímos, de fato, uma sociedade baseada em valores que preservam a diferença. Que não transforme a diferença em intolerância ou numa perseguição fundamentalista qualquer”, afirmou.

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fábio Paes, citou o grave momento político do País e a celebração dos 25 anos do ECA. “A nossa convocação é de reflexão, de mobilização e de afirmação do princípio e dos processos democráticos. Não aceitamos qualquer tipo de retrocesso. Nesse sentido, queremos recordar de forma comemorativa os 25 anos do ECA e dizer não à redução da maioria penal e a qualquer tipo de redução de direitos”, disse.

Sottili chamou a atenção para os desafios na área. “Esses últimos quatro dias nos mostram o quanto ainda temos que avançar para nos dizermos uma sociedade plena em direitos humanos. Debates os principais desafios para as temáticas da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, dos idosos e população LGBT, e recebemos de vocês os indicadores de quais caminhos nós temos que seguir”, analisou.



Arquivo da Cobertura

CONFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente entrou para a história pelo número recorde de delegados crianças e adolescentes. Foram 500 ao todo, representando um terço dos 1.500 delegados de todos os estados. Teve como tema *Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*.



Arquivo da Cobertura



Paula Fróes



Paula Fróes

MUITAS PROPOSTAS

A Plenária Final da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente aprovou 60 propostas de políticas públicas para o segmento. Conheça algumas delas:

- ✓ Assegurar e efetivar a participação de crianças e adolescentes nos Conselhos de Direito, com voz, voto e garantia de acessibilidade;
- ✓ Incentivar a formação política e o estudo do ECA e da Constituição Federal;
- ✓ Disseminar, através das redes de ensino, a importância da participação de crianças e adolescentes nos espaços de incidência política;
- ✓ Promover a articulação entre os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional DCA, para formular e deliberar uma política pública integrada;
- ✓ Articular com o Ministério Público a criação e regulamentação do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) nos municípios onde não existe;
- ✓ Elaboração de um plano orçamentário que estabeleça e implemente recursos financeiros para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA);
- ✓ Por meio de lei federal, incluir como condicionante de licenciamento e implementação de grandes projetos de mineração, hidrelétricas, madeireiras, entre outros, depósitos anuais pela empresa responsável de 5% de todas as condicionantes no FIA dos municípios impactados pelo projeto;
- ✓ Garantir a inclusão do estudo dos direitos humanos de crianças e adolescentes no currículo escolar;
- ✓ Criar um plano nacional de erradicação da violência letal contra crianças e adolescentes, priorizando a criação imediata de comitês a favor da desmilitarização da Polícia Militar, com a participação de crianças e adolescentes, com voz e voto.



Paula Fróes

UM ESPAÇO DE DIÁLOGO

Dilma Rousseff participa de cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos

A presidenta Dilma Rousseff participou da solenidade de abertura da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em Brasília, no dia 27 de abril. O evento também marcou o encerramento das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, que reuniram a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA); a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Às vésperas da votação no Senado, que decidiu pela abertura do processo de impeachment, a presidenta Dilma foi aclamada pelos delegados. Foram entoados coros de apoio à presidenta e contrários ao processo conduzido pelo Congresso Nacional, chamado de golpe pelos presentes.

Dilma ressaltou a importância das conferências para promoverem o diálogo entre sociedade civil e governo. “As conferências são espaços importantes da construção da cidadania do nosso País”, disse.

A presidenta observou a diversidade dos delegados presentes nas conferências. “A visão daqui é emocionante porque deixa claro a diversidade do nosso País. Aqui é o espelho fiel da sociedade que nós queremos. Tolerante e plena de respeito às diferenças. Que respeita todos aqueles capazes de lutar pelos seus direitos. E que acredita no Brasil e na democracia do nosso País”, comemorou.

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Dilma reforçou a relação direta entre democracia e direitos humanos “Essa democracia só se constrói em cima dos direitos de todas as pessoas. A democracia só é plena quando os direitos humanos são respeitados”, concluiu.

FIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA

Durante a cerimônia, a presidenta assinou o Projeto de Lei com urgência constitucional que acaba com o chamado auto de resistência, que foi encaminhado ao Congresso Nacional. O projeto estabelece regras mais rigorosas para a investigação de mortes e lesões corporais cometidos pela polícia durante suas ações.



Paula Fróes



EU COMUNICO, TU COMUNICAS, NÓS EDUCOMUNICAMOS!

Adolescentes realizam cobertura educomunicativa da 10ª CNDCA

A 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente contou com a cobertura educomunicativa. Em 2009, na 9ª edição, a conferência teve pela primeira vez a cobertura realizada por meninos e meninas de todo o País. E a experiência foi tão importante que repetimos a dose.

Desta vez, um grupo de nove adolescentes de vários estados participaram de atividades de produção de comunicação e intervenções durante a conferência.

A atividade foi uma iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada com apoio da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil, por meio do projeto Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi executado tecnicamente pela ONG Viração, responsável por facilitar o processo junto aos adolescentes.

“A cobertura educomunicativa é uma estratégia eficiente para a ampliar a participação de meninos e meninas nos espaços de debate político. É muito simbólico e importante que seja adotada no contexto da Conferência”, avalia a educadora da Viração, Vânia Correia.



Fotos: Arquivo da Cobertura

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

A cobertura educomunicativa é uma intervenção socioeducativa que utiliza técnicas do jornalismo para promover a participação e a liberdade de expressão de crianças e adolescentes. Realizada de forma lúdica e colaborativa, contribui para que a narrativa dos acontecimentos seja feita também na perspectiva de meninos e meninas.

Reconhece, portanto, o valor da fala de crianças e adolescentes e a importância da sua participação efetiva nos processos. “Se somos protagonistas na luta por direitos, temos que ser protagonistas da comunicação também”, defende o adolescente cearense Kauan Furtado, 16 anos, que participou da cobertura.

Para a educadora da Viração Elisângela Cordeiro, o próprio ato de comunicar é político, e a cobertura valoriza isso. “A cobertura educomunicativa é fundamental porque valoriza a opinião da criança e do adolescente, o que eles pensam, o que eles sabem e querem ganhar centralidade na discussão”, opina.

APRENDER COMUNICANDO

Diferentemente da produção jornalística tradicional, a educomunicação permite um processo coletivo e colaborativo de produção. Possibilitando às crianças e aos adolescentes oportunidades de reflexão, aprendizado e experimentação não só das técnicas jornalísticas, como também dos temas abordados. “É uma ótima forma para crianças e adolescentes entenderem seus direitos e usar cada vez mais as mídias, que fazem parte de sua realidade, para contar essa história”, diz a adolescente paranaense Anne Ehlke, 17, que participou da cobertura.

E, para contar tudo que rolou na 10ª Conferência Nacional DCA, os adolescentes produziram, de forma colaborativa, textos, fotos, vídeos, áudios, boletins e jornal mural. Não deixaram passar nada, entrevistaram outros adolescentes, convidados, delegados e autoridades. Tudo isso foi publicado nos sites da Agência Jovem de Notícias, da Secretaria de Direitos Humanos e de parceiros. “Foi uma grande experiência, eu troquei muita informação. Foi muito bom comunicar o que estava acontecendo aqui na conferência para nossos amigos”, completa Anne.

Além das produções de conteúdos e peças de comunicação tradicionais e digitais, a cobertura educ comunicativa contou com intervenções que buscaram interagir com o público e promover reflexões e provocações. Uma delas foi o jornal humano, que tratou com os delegados das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos temas como: direito ao brincar, os desafios para o Brasil se tornar uma Pátria educadora, a redução da maioria penal, entre outros.

E, é claro, ficou um gostinho de quero mais no ar. “Foi uma grande oportunidade de troca de conhecimento. Brincamos, conversamos, produzimos muito. Teve muito amor, todo mundo carinhoso, com respeito, fomos juntos, foi dinâmico. Eu repetiria essa experiência para sempre”, resume o adolescente Davi Alevato, de Pintagueiras (SP), 16 anos.



EDU O QUÊ?

A Educomunicação é um campo de intervenção socioeducativa que nasce da inter-relação entre os campos da educação e da comunicação. Se caracteriza como “o conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas”. (SOARES, 2003).

25 ANOS DO ECA

Especialistas fazem balanço dos avanços e desafios na efetivação do Estatuto

O Estatuto da Criança e do Adolescente é, sem dúvidas, um marco fundamental na promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Sancionado em 1990, sob os bons ventos trazidos pela Constituição de 1988 e pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o ECA é fruto da luta incessante dos movimentos sociais pela infância, no Brasil.

Com 25 anos de vida, o Estatuto é, ainda hoje, uma das leis mais avançadas do mundo sobre os direitos de meninos e meninas. Nesse um quarto de século, o Brasil registrou avanços notáveis na implementação de políticas e programas voltados às crianças e aos adolescentes, mas também desafios enormes para a plena efetivação do que prevê o Estatuto.

Este balanço foi tema de um dos debates da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente. Intitulada *Os 25 anos do ECA na perspectiva de uma política nacional de direitos da criança e do adolescente*, a mesa foi composta pelo secretário especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rodrigo Torres; por Enid Rocha, do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Romero Silva, da Associação Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCD), e Casimira Behringer, coordenadora do Programa Crescer Sem Violência, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF.

DO CÓDIGO DE MENORES ATÉ O ECA

Enid Rocha trouxe um panorama histórico da política nacional de direitos humanos dos anos oitenta, quando a assistência social se dava na perspectiva individualizante e corretiva do código de menores e tinha como



Paula Fróes

políticas centrais a institucionalização por meio das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febem), até os anos noventa, quando a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente institucionalizou outro olhar para meninos e meninas, como sujeitos de direitos, trazendo um novo paradigma para este campo.

Este momento é marcado por uma grande participação da sociedade, conforme preconiza a Constituição Federal. Um dos exemplos mais significativos disso é a implantação dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos. A partir daí, enfatiza Enid, inicia-se a construção de uma política social universal que só viria a ser concretizada em 2004, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A complexidade da política e dos desafios cotidianos exige uma articulação constante entre entes federados, governos e sociedade civil, destaca Enid, “temos muito a avançar na questão do trabalho em rede e precisamos priorizar a participação de todos, sociedade civil e governo, no melhor entendimento de uma política de direitos”, conclui.

DIREITO DE VIVER

Romero Silva enfatizou o alarmante cenário de violência contra adolescentes, denunciando a prática de genocídio no Brasil, que vitima milhares de adolescentes, especialmente meninos, pretos e pobres.

O altíssimo índice de homicídios de adolescentes configura um dos principais desafios para a política nacional atual. O Mapa da Violência de 2014 revela que os homicídios são a causa da morte de 53% dos meninos de 15 a 19 anos de idade. E, ainda, o Índice de Homicídios na Adolescência, desenvolvido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pelo UNICEF, pelo Observatório de Favelas e pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2015, aponta que 42 mil adolescentes brasileiros poderão ser mortos violentamente entre 2013 e 2019 caso o quadro atual não seja revertido.



Paula Fróes

Silva destacou também a não aplicação do que estabelece a Lei 12.594, de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Convocou os presentes a enxergarem também os adolescentes em conflito com a lei como sujeitos da política nacional, como preconiza o ECA. Denunciou, ainda, a falta de dados sobre homicídios ocorridos em unidades de internação no Brasil e a violação de outros direitos dos adolescentes em privação de liberdade, como a educação. Para ele, falta um monitoramento e fiscalização rigorosa desta política por parte da sociedade.

QUASE LÁ

Casimira Behringer registrou o avanço na erradicação da mortalidade infantil, influenciado pelo avanço do Programa da Saúde da Família, que possibilitou a ampliação do acesso a consultas de pré-natal; na erradicação do trabalho infantil e no acesso ao Registro Civil de Nascimento de crianças, que já atingiu quase a totalidade. “Falta pouco, muito pouco, para conseguirmos a totalidade. Precisamos melhorar ainda em relação às comunidades quilombolas e indígenas”, frisou.

Ela falou ainda sobre o direito à educação, ressaltando que 64% da população de crianças e adolescentes acessaram a educação básica, havendo ainda desafios neste campo, como a distorção da relação idade e série.

QUANDO O POVO FALA

Conferência Nacional DCA debate democracia e direitos humanos

Em meio ao processo de impeachment conduzido pelo Congresso Nacional, cuja legitimidade é duramente questionada por amplos setores da sociedade brasileira, que ameaça não apenas o mandato da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, mas todas as conquistas sociais dos últimos anos, as Conferências Conjuntas de Direitos Humanos se converteram também num espaço de resistência e articulação social para enfrentar qualquer ameaça aos direitos.

A relação umbilical de direitos humanos e democracia foi tema de uma das mesas da 10ª CNDCA. Fábio Paes, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), abriu o debate chamando atenção para essa relação direta entre democracia e direitos humanos de meninos e meninas.

A garantia dos direitos humanos é um traço fundamental da democracia moderna. Nenhuma decisão será democrática se violar os direitos humanos. Na ausência de direitos para todos, sem distinção de raça, gênero, origem ou classe social, não há democracia possível.

O debate contou ainda com a participação de Guilherme Boulos, membro do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que falou sobre os desafios do momento atual, que, segundo ele, não permite meias palavras. Para Boulos, é preciso aprofundar o debate sobre a relação entre democracia e garantia de direitos, pois muitas vezes ela é negada, por interpretações equivocadas. “É momento para lançarmos um projeto novo, momento para radicalizarmos a democracia”, afirmou.

As falas dos demais participantes da mesa apoiaram esta mesma lógica, cada qual a partir do seu ponto de vista. Camila Lanis, presidente da UBES, falou sobre a realidade da educação. Para ela, não há democracia sem as condições básicas para o desenvolvimento do conhecimento, sem espaços dignos para a aprendizagem. Camila lembrou que a escola pública precisa de atenção e cuidado em vários aspectos.

Os debatedores, em geral, ressaltaram que os direitos são frutos das lutas populares e que as crianças e os adolescentes devem ter espaços de participação efetiva neste debate por garantia de direitos.



Fotos: Arquivo da Cobertura



O QUE RIMA COM OS DIREITOS?

Adolescentes promovem batalha de rimas durante a 10ª CNDCA

As Conferências Conjuntas de Direitos Humanos tiveram uma vasta programação cultural. Nos intervalos de Grupos de Trabalhos e Plenárias, os diferentes palcos espalhados pelo Centro Internacional de Convenções do Brasil, artistas em diferentes linguagens se apresentaram e fizeram a alegria do público. Teve samba, acrobacias, danças populares e todo tipo de espetáculo.

Entre os delegados da 10ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, o maior sucesso foi a Batalha de MCs promovida ao longo do evento. A grande final, realizada na tarde da terça-feira (27), levou o público ao delírio. “Esse foi um dos maiores eventos da 10ª Conferência, uma disputa muita acirrada e que encheu os olhos de quem assistia”, comemorou José Aldon, 16 anos, que não perdeu um minuto da disputa.

As rimas falavam sobre temas atuais e que afetam nossas vidas diariamente, como educação, preconceito, aborto, o golpe e outros, que repercutiram e causaram reflexão do público.

Muitos talentos, com um grande futuro pela frente, foram revelados. Destaque para MC Marinho, o campeão da batalha. Ele mostrou grande maturidade na hora de se expressar e rimar com temas que faziam todo sentido na vida de muitas pessoas e o contexto da Conferência. Grande e merecida vitória.

FIQUE POR DENTRO

As Batalhas de MCs são eventos tradicionais no Hip Hop, nos quais os MCs duelam entre si fazendo rimas improvisadas, faladas em cima de uma base tocada pelo DJ. Os MCs se revezam no microfone para fazer rimas que tratam de diversos temas. Em geral, trazem reflexões políticas e sociais.

Há, pelo menos, dois tipos de Batalha: a do conhecimento e a de sangue. No primeiro, os MCs têm que desenvolver as rimas sobre temas específicos definidos pelos organizadores ou pela plateia. Já no segundo, os MCs devem atacar verbalmente o seu adversário. Ambas são duelos de improvisação.

Vence aquele que tiver mais criatividade, rapidez de raciocínio e conseguir empolgar mais o público, que é quem escolhe o vencedor.



Fotos: Arquivo da Cobertura



PARTICIPAÇÃO PRA VALER

Crianças e adolescentes debatem
participação enquanto Direito Humano

A 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente registrou um feito inédito. Pela primeira vez na história, uma das mesas de debate foi composta exclusivamente por meninos e meninas. “Essa mesa é um marco histórico da política da criança e do adolescente. Nós já tivemos várias conferências, mas pouco se falava sobre a participação efetiva deles, com participação em mesa, com microfone na mão”, comemorou Alessa Sumizono, integrante do G38 (grupo de adolescentes ligado ao Conanda que colabora com a organização da conferência).

Esta edição da conferência registrou a maior participação de crianças e adolescentes entre todas. Foram quase 500 meninos e meninas, o que representou um terço do número total de delegados.

Para Tiago Modena, também do G38, a participação dos sujeitos da política é algo fundamental para garantir a qualidade e efetividade das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes. “Que política pública vai ser oferecida se crianças e adolescentes não são ouvidos nem considerados?”.

Marco Antônio da Silva, conselheiro do CONANDA, mediador da mesa, ressaltou a importância da participação das crianças e dos adolescentes nos conselhos de direitos e também em outras conferências sobre temáticas relacionadas a eles. Falou ainda sobre a importância do G38. “Não é [um grupo] para organizar conferência, é uma estratégia, um grupo para ajudar a monitorar e a construir a política de crianças e adolescente no Brasil.”



Paula Fróes



Arquivo da Cobertura

MAIS PARTICIPAÇÃO

As crianças e os adolescentes defenderam a importância da participação efetiva na discussão dos problemas e na elaboração de políticas públicas. Compreendem a importância da participação na conferência nacional, mas sonham que a participação chegue realmente nos seus municípios e estados, onde ainda têm muita dificuldade de diálogo e pouco espaço.

“Nós sabemos que os conselhos municipais e estaduais de direitos têm problemas, mas um dos principais problemas é discutir políticas públicas para crianças e adolescentes sem participação, sem ouvimos a voz deles”, disse Tiago Modena.

Jônatas Teixeira, do GT das Crianças, falou sobre a força da participação infantojuvenil para provocar

mudanças. “Precisamos escutar as crianças e deixar elas participarem, ouvir a opinião delas vai ajudar a acrescentar coisas e melhorar a vida delas”, defendeu.

Maria Clara, também do GT das Crianças, ressaltou a importância da ação e completou: “não devemos só ficar falando o que tem que acontecer, temos que fazer acontecer”.



Arquivo da Cobertura

OCUPAR E RESISTIR

Rafaela Boani, participante da ocupação da Escola Estadual Diadema, falou sobre a experiência de participar da primeira ocupação das escolas estaduais, em São Paulo. “Estou aqui para falar dos quarenta e dois dias mais loucos da minha vida”.

A adolescente questionou a ausência de diálogo no processo de reorganização escolar, imposta pela Secretaria de Educação. De acordo com a proposta do governo do estado, cada escola passaria a atender apenas um ciclo da Educação Básica, Fundamental 1, 2 e Ensino Médio, sendo que quase 100 escolas seriam fechadas. “Quando começamos a receber as notícias da reorganização, ninguém veio conversar com os alunos. Então, começamos a conversar e decidimos fazer atos nas ruas”.

A ideia de ocupar a escola para pressionar pela revogação do decreto que instituiu a reorganização surgiu após os adolescentes conhecerem a experiência dos estudantes chilenos, no documentário *A rebelião dos pinguins*. No Chile, as escolas foram ocupadas por sete meses contra o processo de privatização.

“Depois, os estudantes começaram a pensar na ideia de ocupar, começamos a pesquisar o ECA e a Constituição Federal e a discutir o direito à educação”, contou.

As ocupações se espalharam pelo estado. Entre novembro e dezembro de 2015, mais de 200 escolas estaduais paulistas foram ocupadas por estudantes contrários à reorganização do sistema de ensino. No final do ano, o governador Geraldo Akckimin revogou o decreto da reorganização.

Rafaela contou ainda sobre a forte repressão sofrida pelos estudantes durante as ocupações. A violência policial com a qual foram tratados foi denunciada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em abril.

DIREITO À CIDADE

Luis Augusto Santos Silva, do Movimento Passe-Livre, lembrou que a má qualidade e o alto custo do transporte público inviabiliza o acesso aos demais direitos de crianças e adolescentes. “É mais uma forma de precarizar os direitos da infância”, analisou. “Nós, adolescentes, sabemos o que é não ter direito à cidade, não ter direito a dar um rolê porque a passagem é cara”.

entrevista

Paula Froes



ENTRE A LEI E A REALIDADE

Presidente do CONANDA fala sobre o direito de crianças e adolescentes à participação

Fábio Paes, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e membro da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, falou com a cobertura educacional sobre a participação de crianças e adolescentes. Em meio à correria dos encaminhamentos finais das Conferências Conjuntas, minutos antes da chegada da presidenta Dilma Rousseff para a solenidade, Fábio parou alguns minutos para falar sobre a importância do fortalecimento da participação de meninos e meninas nas tomadas de decisões que afetam suas vidas; sobre a distância entre as legislações brasileiras e o cotidiano de crianças e adolescentes e ainda sobre o G38 - grupo de adolescentes que colaboram com a organização das Conferências DCA. Confira!

CE: QUAL A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

FÁBIO: A criança e o adolescente têm que ser observados e compreendidos como sujeito de direitos, dentro das políticas públicas. Nesse sentido, eles são atores fundamentais no processo de construção. Muitas vezes, se constroem políticas, se definem diretrizes, programas e ações sem escutar e sem levar em conta a opinião e a decisão destes meninos e meninas. Para nós, do Conselho Nacional da Criança, temos que mudar esse paradigma de considerá-los como objetos de direitos, para realmente considerá-los sujeitos de direitos e protagonistas dessas ações, deliberações e concepções de novas políticas públicas.

CE: E QUAIS OS AVANÇOS NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE MENINOS E MENINAS NA POLÍTICA?

FÁBIO: O grande avanço que nós temos no Brasil está no campo da legislação. Temos uma legislação muito bonita, muito interessante. Mas ao mesmo tempo a nossa legislação fica atrás das nossas práticas, porque nós não conseguimos efetivar realmente os direitos humanos da criança de modo qualitativo, de modo prioritário. Temos uma lei muito bem desenhada, mas a nossa prática ainda é um rascunho que precisa ser revisto e aperfeiçoado.

CE: COMO FOI A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA 10ª CONFERÊNCIA?

FÁBIO: Toda Conferência Nacional da Criança e do Adolescente tem a participação deles, mas nós estamos sempre ressaltando e falando a importância dessa 10ª Conferência, porque nós tivemos aproximadamente 1.500 participantes e 450 eram crianças e adolescentes. Proporcionalmente nós tivemos mais meninos e meninas nessa Conferência. E o resultado maior e mais expressivo foi que a coordenação de todos os espaços, atividades e ações realizadas aqui tiveram a participação deles na concepção, na organização e, até mesmo, na realização das atividades. Eles participaram das mesas temáticas, participaram da moderação, na condução dos grupos de trabalho com os adolescentes.



Paula Fróes

CE: E QUAL A IMPORTÂNCIA DO G38?

FÁBIO: Há aproximadamente dois anos, o G38, que é um grupo de meninos e meninas com um representante por estado e um representante por segmento, como LGBT, ciganos, meninos em situação de rua e tantos outros, ajuda a organizar a Conferência. Então, ela teve essa cara, esse colorido todo especial. Para nós, foi um marco. E nós não queremos que seja uma ação de preparação para a conferência e sim que seja um espaço permanente de participação de crianças e adolescentes. Eles deram conta do recado e deixaram muito evidente que a garantia de seus direitos humanos e as respostas devem ser buscadas junto com eles.

"A GENTE APRENDE COM OS ADULTOS, E ELES APRENDEM COM A GENTE"

A 10ª Conferência DCA teve um espaço para a participação exclusiva de crianças

A 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente contou com um espaço exclusivo para a participação de crianças. Almofadas coloridas, desenhos, balões, lápis de cor, tudo isso e muito mais compunha um lugar todo especial onde os 30 delegados de até 11 anos se reuniram.

Maria Eduarda, 11 anos, delegada do Pará, aprovou a novidade. "Eu gostei porque aqui eu não tô debatendo só o meu direito e sim de todas as crianças do meu município, do meu estado e do Brasil". O Alex Rian, 12 anos, do Ceará, concordou. Para ele esse espaço para a participação das crianças é essencial, "porque as crianças têm que ter vez e voto. Existem vários pontos de vista: o ponto de vista do adulto é um, o da criança é outro. Pra criança o mundo é todo colorido, mas nem tudo é assim, a gente precisa também ser realista e dar nossa opinião sobre tudo", analisou.

Além do espaço lúdico, o GT das Crianças contou também com metodologia específica para facilitar a

participação de meninos e meninas. Baseada no direito de as crianças participarem e discutirem assuntos que lhes dizem respeito, a metodologia contribuiu para elas reconhecerem o valor de suas experiências, forças e capacidades e a importância da sua posição como especialistas em suas próprias vidas.

Entre outras coisas, o GT teve como objetivo ajudar as crianças a desenvolverem suas próprias opiniões e tornarem-se delegados eficazes em seu próprio direito, formularem posições, além de estimular a escuta, o respeito e a colaboração.

Tudo isso, claro, com atividades e linguagens adequadas à idade das crianças. Brincadeiras, dinâmicas, encenações, artes plásticas ajudaram elas a debaterem e construir um posicionamento para a Plenária Final da Conferência. Uma equipe de quatro facilitadores e uma coordenadora orientou todo o processo pedagógico de construção das proposições.



Paula Fróes

APRESENTANDO PROPOSTAS

Ao longo dos dias de atividades, as crianças elaboraram propostas que foram levadas à Plenária Final da Conferência. Numa das atividades, cada uma delas fez um desenho representando o que sonham para o futuro das crianças brasileiras, e disseram quais suas propostas para o documento da Conferência.

Durante a Plenária Final, os delegados do GT das Crianças puderam apresentar suas propostas para os delegados da Conferência, por meio do mosaico construído com seus desenhos e propostas.

Os trinta delegados crianças entraram na Plenária Final cantando a música-tema da 10ª Conferência *Ei, eu sou criança*, enquanto o telão exibia fotos dos dias anteriores de atividades no espaço das crianças. Em seguida, cada criança leu, para os demais delegados dos segmentos adulto e adolescente, as propostas elaboradas e inseridas no mosaico.

Para Jônatas Teixeira, 10 anos, do Rio de Janeiro, ter um espaço de fala junto aos adultos é fundamental. “Não é querendo falar que o adulto não tenha o mesmo valor, mas eu acho que do mesmo modo que a gente é comovido, eu acho que as outras pessoas se comovem com a nossa palavra, eu acho muito importante a gente ter oportunidade de falar”.

Para ele, a experiência do GT das Crianças foi um aprendizado não só para ele e seus colegas, mas para os adultos também. “Se a gente tá aqui é pra gente aprender e isso tá sendo, creio que não só pra mim, mas pra todas as crianças que estão aqui hoje, uma experiência muito boa, porque a gente aprende com os adultos, e os adultos aprendem com a gente”.



JÔNATAS TEIXEIRA, 10 ANOS, RJ

VOCÊ PODE EXPLICAR O QUE ACONTECE AQUI?

JÔNATAS: Aqui é uma conferência, só que a gente fica numa salinha onde a gente é que comanda as coisas. A gente conversa o que tem que ser mudado, a gente fala sobre as leis, sobre o que está se passando no nosso bairro. A conferência é um lugar para conferir.

E VOCÊS CONVERSAM, ESCRIVEM, DESENHAM? COMO É?

JÔNATAS: A gente faz algumas brincadeiras. A gente canta, faz várias coisas. E aí tem algumas vezes que a gente faz trabalho, tipo agora, tem algumas lições.

Agora estamos fazendo propostas, desenhando qual seria o sonho nosso pra todas as crianças.

É uma experiência muito boa, porque a gente aprende com os adultos, e os adultos aprendem com a gente.

E O QUE VOCÊ DESENHOU?

JÔNATAS: Eu desenhei mais ou menos que eu queria que todas as crianças tivessem a mesma oportunidade que eu, porque tem algumas vezes que as crianças falam: “Poxa, não tem nada pra gente se divertir, nada pra gente brincar”, mas é porque, às vezes, a criança não tem a mesma oportunidade que outras.

VOCÊ ACHA QUE VAI CONSEGUIR LEVAR PARA SEUS AMIGOS O QUE ESTÁ APRENDENDO AQUI?

JÔNATAS: Eu não só acho, como desejo. Porque na minha escola não tem grêmio escolar, onde eu moro nem todas as pessoas sabem o que é o ECA. Eu tô procurando levar isso pra lá.





ALEX RIAN, 12 ANOS, CE

QUAL FOI A SUA SENSÇÃO DE PARTICIPAR DE UMA SALA SÓ PRA CRIANÇAS?

ALEX: Pra mim foi ótimo, porque há muita separação em grupos e lá a gente não poderia se expressar do nosso jeito, tinha muito adulto e a gente teria que usar as melhores palavras. Aqui não, é só a gente e os nossos responsáveis, e assim eu interajo melhor. Eu acho que aqui é o melhor lugar.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS?

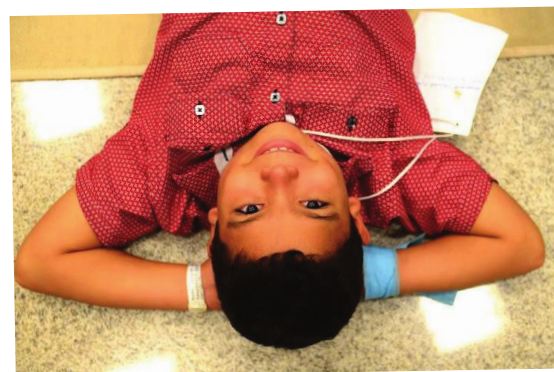
ALEX: É essencial, porque as crianças têm que ter vez e voto e têm vários pontos de vista: o ponto de vista do adulto é um, o da criança é outro. Pra criança o mundo é todo colorido, mas nem tudo é assim: a gente precisa também ser realista e dar nossa opinião sobre tudo.

VOCÊ ACHA QUE VAI CONSEGUIR MOSTRAR ESSA REALIDADE PARA SEUS AMIGOS?

ALEX: Consigo. Entre todas as conferências que eu fui sempre mostrei tudo isso, mostrei minha capacidade. Aqui eu não estou sendo só eu, tô sendo todas as crianças do Brasil e isso é ótimo, tá sendo uma experiência nova pra mim.



Paula Fróes



Paula Fróes

CONHEÇA AS PROPOSTAS APRESENTADAS PELA CRIANÇA, NA PLENÁRIA FINAL DA CONFERÊNCIA

- ✓ Todas as pessoas devem ser tratadas por igual. Podem ser de raças e modos diferentes.
- ✓ Gravação de propaganda do Conanda sobre o ECA. A proposta é a divulgação do ECA. Porque todo mundo assiste TV. Acho que, vendo a propaganda, vão querer saber mais sobre o ECA.
- ✓ Uma criança ensinando a um adulto o que é o ECA. Para distribuir o estatuto e conhecer o Conselho Tutelar.
- ✓ O desenho de divulgação do ECA. Prêmio do sistema brasileiro de TV.
- ✓ No Estatuto tem constando que todas as crianças têm direito a respeito. Do mesmo jeito que todas as pessoas têm direito a respeito. Meu desenho é LGBT e crianças. Todos devem ser tratados da mesma forma, independente da identidade sexual.
- ✓ Direito ao lazer das pessoas com deficiência.
- ✓ Que todos possam se expressar como puderem e como quiserem.
- ✓ Todas as crianças e adolescentes têm que ter a mesma oportunidade que a gente está tendo aqui. Não tem como falar de nós, sem nós mesmos.
- ✓ Saúde para todas as pessoas do mundo.
- ✓ Para que os não ciganos virem amigos dos ciganos.
- ✓ Desenho sobre o povo cigano.
- ✓ Fiz uma escola porque a maioria das crianças não têm uma escola boa. Fiz para homenagear as crianças que não têm escola.
- ✓ Minha proposta é educação porque ela precisa ser melhorada. Tem escola que não tem material. Minha proposta é a melhoria da educação.
- ✓ Comunidade. Porque todas as pessoas precisam de mercado, escola, casas e igreja.
- ✓ Hospital para crianças.
- ✓ Toda criança e adolescente precisa de uma moradia.
- ✓ Que todo mundo tenha direito de uma moradia. Muitas crianças não têm uma moradia digna. Às vezes nas casas não tem saneamento básico. Tem que ter reformas para melhorar.
- ✓ Meu desenho é um abrigo e uma criança.
- ✓ Para que todas as crianças e adolescentes do Brasil tenham direitos.
- ✓ Eu estou lutando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ Os professores da escola precisam melhorar, conhecer o ECA.



Paula Fróes



entrevista

Paula Fróes

DIZ AÍ, SECRETÁRIO!

Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente fala sobre avanços e desafios para a política da infância

Rodrigo Torres, secretário nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante do ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, também falou com a cobertura educacional. Leia os principais trechos da conversa.

CE: POR QUE OUVIR CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

RODRIGO: Um conceito básico de Direitos Humanos é que o sujeito de direitos possa falar em seu próprio nome, é que ninguém fale por ele. E a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, em um estágio peculiar de desenvolvimento, mas são sujeitos de direitos. Então, hoje a gente tem uma grande dificuldade de fazer com que eles falem em nome deles. Normalmente você tem adultos falando sobre o que as crianças e os adolescentes querem. É lógico que os processos de participação não são exclusivos desses sujeitos, mas eles têm que ter o protagonismo deles.

CE: E QUAL A IMPORTÂNCIA DE CRIAR ESPAÇOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE MENINOS E MENINAS?

RODRIGO: Primeiro eu queria dizer que, historicamente, as crianças e os adolescentes ficaram relegados a um papel inferior na sociedade. Eles eram tratados como seres menos capazes de ter incidência, de ter um papel claro junto aos demais membros da sociedade.

Então, na medida em que você cria os espaços de participação e passa a reconhecer a criança e o adolescente como um cidadão de direitos, um sujeito de direitos, você muda a lógica com a qual essa sociedade vê essa criança, vê esse adolescente. Como sujeito, ele precisa ter o espaço de participação, ter as metodologias de participação e se expressar de maneira real.

CE: COMO FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DELES NOS ESPAÇOS POLÍTICOS?

RODRIGO: Em primeiro lugar, é ter reconhecimento da necessidade dessa participação por crianças e adolescentes, e isso ainda é um processo. Isso não está difundido na sociedade. Uma vez que haja esse reconhecimento, é promover espaços adequados para essa participação.

Hoje, acho que o País inteiro passa por um momento de tentativa e esforços de novas formas de organização política, e eu não digo organização partidária, é de incidência enquanto cidadão, para fazer as mudanças que cada indivíduo quer na sociedade. Então, essas novas formas de participação, de ocupação nas escolas, movimentos de rua, movimentos sociais, todos elas são importantes e precisam fazer com que o adolescente se identifique para ele querer participar e poder contribuir; por isso que é tão importante a gente entender e conversar com os adolescentes que fazem parte desses movimentos, dessas novas formas de participação.

Por outro lado, a gente tem também os espaços institucionais de participação, por exemplo, o Conselho de Direitos, que já está previsto na Constituição, e ele tem que contar com a participação de adolescentes e crianças, obviamente, com metodologias próprias, porque não adianta você colocar uma criança e um adulto na mesma sala e esperar que eles vão ter os mesmos processos de expressão, os mesmos processos de construção da sua visão, é diferente. Você também tem que ter metodologias específicas para garantir essa participação, para que ela seja efetiva. Senão, a gente vai ter um descrédito desses espaços, e você desestimula a participação da sociedade.



Paula Froes

CE: QUAL O BALANÇO DOS 25 ANOS DO ECA?

RODRIGO: O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é um marco internacional em termos de direitos da criança. Antes, no Brasil, as crianças eram vistas sob uma ótica minorista, como a gente chama, ou seja, na lógica assistencialista, na lógica punitiva, e o ECA mudou isso. Já baseado na Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, ele permitiu que o Brasil desenvolvesse políticas baseadas nesse novo conceito de olhar a criança.

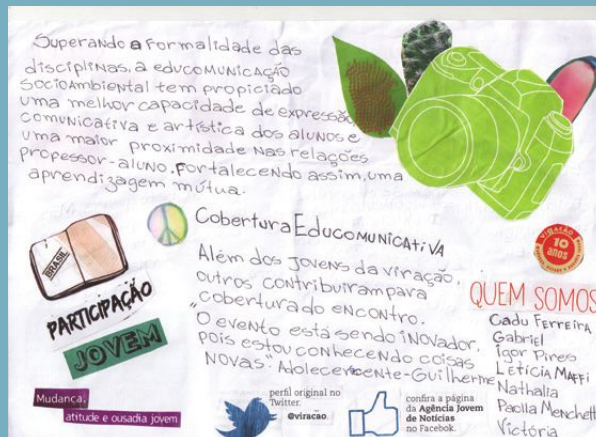
Nesses vinte e cinco anos, esse ano completa vinte e seis, a gente pode fazer diversos balanços, e o saldo é muito positivo. O Brasil reduziu em quase 70% a mortalidade infantil; conseguiu erradicar, nos moldes da ONU, o sub-registro civil de nascimento; chegou à universalização do Ensino Fundamental, mas ainda tem muita coisa para avançar.

A violência letal contra adolescente pobres, negros e de periferia, por exemplo, é um desafio gigantesco que a gente tem que superar, que a gente ainda não tem conseguido. O sistema socioeducativo adequado para a reinserção do adolescente é um outro avanço que a gente precisa fazer.

A light blue background featuring several dark blue footprints and dotted lines. The footprints are arranged in a way that suggests a path or movement. Dotted lines connect some of the footprints, forming a network of paths. The overall design is minimalist and modern.

Os “zines” podem ser uma boa estratégia para você e seus colegas comunicarem suas ideias e mobilizar pessoas. Qualquer pessoa ou grupo com uma caneta, papel, cola, alguns recortes e muita imaginação pode produzir o seu próprio fanzine. Você também vai precisar fazer cópias do fanzine, então, pode fazer uma vaquinha com os colegas, ou conseguir que algum comércio faça as cópias gratuitamente, em troca de um anúncio.

Passo 4: Os fanzines, geralmente, são copiados em preto e branco, dobrados no formato escolhido e distribuído para as pessoas.



JORNAL AMBULANTE

como se faz?!?

Já pensou num jornal ambulante? Pois nós sim! O jornal mural ambulante é inspirado nos homens-placa, aqueles profissionais que vestem anúncios diversos e circulam nos centros de grandes cidades. A ideia consiste em sair vestido com uma grande “camisa” feita de papel, com alguma pergunta escrita para colher as opiniões de pessoas sobre determinado tema.

O objetivo é coletar informações e opiniões de forma animada e interativa, fazendo as pessoas refletirem sobre algum tema importante.

Para fazer o seu jornal mural ambulante, você vai precisar de dois metros de papel, cola, canetas, tesoura, revista para recortar.



Fotos: Arquivo da Cobertura

PASSO A PASSO

Passo 1: Recrute amigos que possam colaborar e fazer a discussão do tema de interesse do grupo. Elabore uma pergunta, de forma clara e direta. Pense em qual será a utilidade do jornal ambulante e a quem vai se destinar. Isso é importante para elaboração da pergunta.

Passo 2: Você vai recortar o papel em formato de uma grande camiseta. Para isso você precisa daquele papel pardo, que vem em rolo, folha de flipchart ou algum semelhante. Basta pegar um bom pedaço do papel, dobrá-lo ao meio e recortar uma gola, por onde vai passar sua cabeça. É importante tirar a medida nas pessoas que forem vestir. Você pode ainda decorar sua camiseta com desenhos, colagens e balões para as pessoas escreverem as respostas. A pergunta pode ser escrita a mão ou colada.

Passo 3: Defina com o grupo o local e o melhor horário para circular com jornal ambulante. O ideal são locais públicos com grande circulação de pessoas, como praças, escolas, estações de trens, aeroporto, rodoviárias ou eventos. É importante sempre pensar a pergunta relacionada ao público.

Passo 4: Na hora da intervenção busque interagir com as pessoas e conversar sobre o tema do jornal.

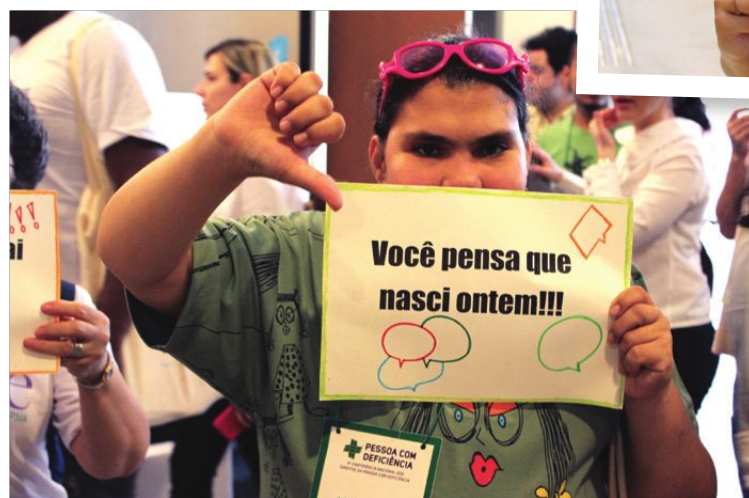
Passo 5: Agora é hora de sistematizar as respostas. Digite e faça um texto introdutório para você publicar nas suas redes sociais.

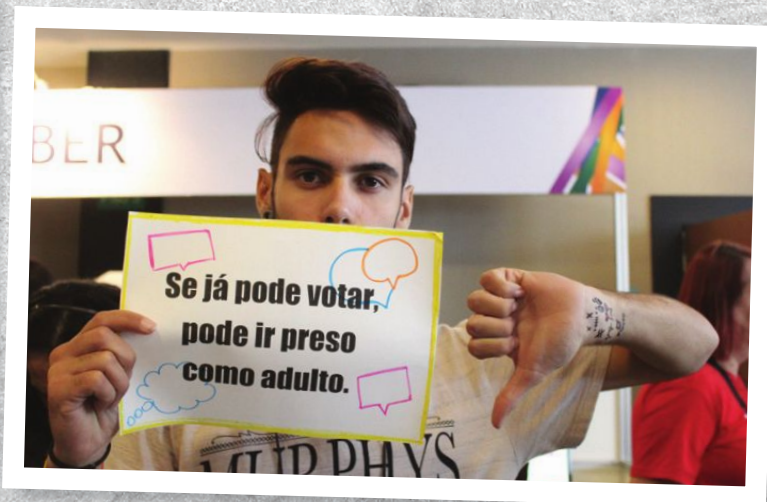
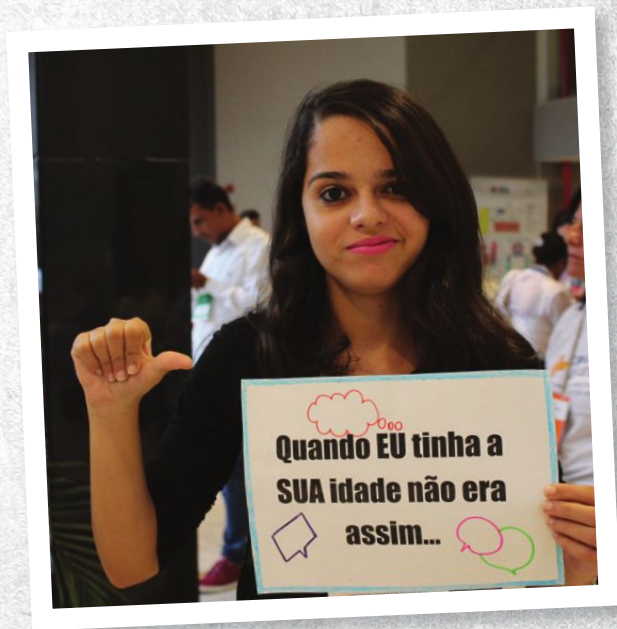
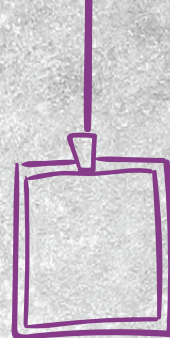
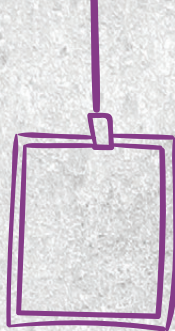
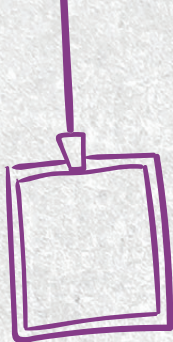




imagens que viram!

Durante a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a galera da cobertura educ comunicativa preparou uma intervenção com plaquinhas de frases que todo adolescente já ouviu e não gostou nem um pouco. São falas que os adolescentes consideram pejorativas, desencorajadoras e preconceituosas com a condição da adolescência. Expressões como: “você não sabe nada da vida” ou “aborrecente”, eles querem abolir do vocabulário.







entrevista

Arquivo da Cobertura

OUTROS CAMINHOS

Ativista do MPL fala sobre novas formas de participação, menos burocráticas e mais acessíveis

Luis Augusto Santos Silva, o Guto, tem 16 anos e mora na periferia de São Paulo, no bairro do Jardim Ângela. Há mais ou menos um ano começou a participar do Movimento Passe Livre (MPL), e também faz parte da Aliança Secundarista. Ele participou de uma das mesas da 10ª Conferência sobre participação, e a galera da cobertura educacional aproveitou para bater um papo com ele. Separamos aqui os principais momentos da conversa.

CE: QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS?

LUIS: Eu acho que o que trava a juventude é a relação burocrática que a gente vem fazendo há muito tempo. Quando você quer ter uma posição na sua escola, você tem um grêmio; aí o grêmio já começa com um estatuto de seis, sete páginas, com inciso isso, aquilo e a pessoa se desinteressa, é chato, é uma linguagem que não é a que o jovem fala, quer usar; é uma linguagem outra, antiga, passada, dura, com a qual o jovem não se identifica e não consegue trabalhar, então você já tem os primeiros bloqueios.

E você já tem a grande falta de discussão política na vida, desde os nossos pais. Na escola os professores não

falam de política, os amigos não falam de política, então há um bloqueio sim. Mas, querendo ou não, os jovens participam politicamente quando estão com os seus grupos, com as suas tribos; esses grupos e tribos têm seus signos sociais, seus valores, suas ações e eles estão participando mesmo sem saber, mas da maneira deles, não da maneira chata e burocrática, da maneira mais viva possível.

CE: COMO MOBILIZAR MAIS A JUVENTUDE PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

LUIS: Eu realmente acho que qualquer caminho vai ser muito difícil. A mobilização é algo que tem que ter fé, coragem e vontade, porque é muito difícil. Mas eu acho que o jeito mais doce, mais confortável de se mobilizar é a partir dessa coisa mais informal dos movimentos sociais. Eles não têm um estatuto, não têm um começo nem um fim, eles não têm um compromisso rígido de se colocar em toda questão, só estão aí por causas e coisas que atraem a juventude. Eles são muito mais palpáveis, muito mais assimiláveis para esse pessoal que já tem tanta coisa na cabeça e tem tanto contexto conflituoso. Eu acho que é o caminho mais acessível. Eles são mais vivos.

PARTICIPAÇÃO TODO DIA

**Integrante do G38 defende que a
participação de meninos e meninas seja
estimulada no cotidiano**

Alessa Sumizono tem 17 anos e vive em Fortaleza. Ela representa o estado do Ceará no G38, um grupo de adolescentes que participa da organização das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Alessa conversou com a cobertura educacional sobre suas experiências e impressões durante a conferência. Confira!

CE: FALA PRA GENTE SOBRE O G38?

ALESSA: O G38 é uma prova viva da participação. Quando nós estamos em um ambiente como esse na Conferência da Criança e do Adolescente e a gente tem essa voz nas mesas, nos grupos de trabalho, isso é a prova viva da participação, e ela não foi conquistada de maneira fácil, porque conseguir espaço para o G38 e para os adolescentes do Brasil tem sido com anos e anos de luta.

**CE: COMO FOI PARTICIPAR DAS CONFERÊNCIAS CONJUNTAS
DE DIREITOS HUMANOS?**

ALESSA: Oiha, é uma coisa realmente complicada de explicar, porque você tem um acesso, um contato com tantas culturas diferentes, com tantas pessoas diferentes, com tantas lutas, uma carga tão pesada de conquistas e lutas. E você consegue perceber que você não está sozinho. Então, quando você participa de tantos espaços assim tão ricos, com adolescentes e crianças com



entrevista

Paula Fröes

histórias super marcadas pela violação de direitos, pela falta de políticas públicas, você percebe que realmente precisa fazer alguma coisa. Eu preciso me mobilizar. Eu tenho que sair da minha zona de conforto. Eu tenho que multiplicar o que eu estou aprendendo aqui. Então, eu me sinto assim honrada, eu penso: ‘poxa será que eu deveria estar aqui hoje?’. Ai olho para essas pessoas e penso: ‘você deveria estar aqui hoje, porque você representa adolescentes que ainda não sabem como é importante ter essa participação e como eles precisam estar sendo informados do que acontece’.

CE: COMO FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES?

ALESSA: Se fala muito da participação do adolescente nesse ambiente de evento, fórum, conferência, oficina, o que é muito importante porque você tem contato com muitas pessoas de vários lugares diferentes e você tem toda essa vivência. Só que a participação tem que ir além disso, ela tem que ir nas escolas, ela tem que ir nos bairros, ela tem que ir nas Organizações Não Governamentais e Governamentais, para trazer para perto esse adolescente. Ela tem que acontecer de maneira informal, tem que ser difundida nas rodas de amigos, nas conversas do dia a dia, num pequeno grupo que está rolando ali, nas igrejas, nos terreiros e em vários outros lugares.

TÁ NA MÃO

Durante a cobertura educacional da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, um grupo de adolescentes produziu várias matérias e entrevistas sobre o evento e os temas que eram discutidos. Está tudo no site da Agência Jovem de Notícias.

Além disso, a galera também produziu cinco vídeos de bolso e um podcast. E a gente separou aqui os links para você assistir e ouvir tudinho.



bit.ly/10CNDCA_video1

Sobre a abertura das Conferências Conjuntas e as expectativas dos delegados e delegadas.



bit.ly/10CNDCA_video2

Luis Augusto, do Movimento Passe Livre, fala sobre os desafios e as formas de participação de adolescentes.



bit.ly/10CNDCA_video3

A adolescente Denise Sanders, do Ceará, fala sobre a experiência de participar da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.



bit.ly/10CNDCA_video4

Rafaela Boani, da primeira escola ocupada em SP, fala sobre o direito à participação.



bit.ly/10CNDCA_video5

Juliana Silva, adolescente educadora, mandando uma rima sobre diversidade, direitos e participação



bit.ly/10CNDCA_audio

Podcast produzido pelo adolescente educador Kauan Furtado.

nas redes

ACESSE NAS REDES SOCIAIS TUDO O QUE ROLOU NAS
CONFERÊNCIAS CONJUNTAS DE DIREITOS HUMANOS.



AGÊNCIA JOVEM DE NOTÍCIAS
NÃO À REDUÇÃO DA IDADE PENAL
CONFERÊNCIAS CONJUNTAS DE DIREITOS HUMANOS

WWW.AGENCIAJOVEM.ORG

WWW.VIRACAO.ORG

WWW.FLACSO.ORG.BR

WWW.SDH.GOV.BR/ASSUNTOS/CONFERENCIASDH

